



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001277-46.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Posse**
 Requerente: **Laerte Carlos Corneta e outro**
 Requerido: **Paulo Roberto Corneta**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

LAERTE CARLOS CORNETA e MARIA GORETE RODRIGUES CORNETA movem ação de reintegração de posse em face de PAULO ROBERTO CORNETA. Afirmam que mediante contrato verbal de comodato transferiram ao requerido aposse do imóvel localizado nesta cidade de Ibaté na avenida São João, n. 471. Alegam que requereram a desocupação, inclusive mediante notificação judicial, mas o requerido manteve-se inerte. Pugnam pela concessão de medida liminar e pela procedência da ação com a reintegração definitiva na posse e a condenação do réu ao pagamento dos aluguéis devidos desde o efetivo esbulho até a desocupação.

Deferida a liminar (fls. 32).

Citado (fls. 38), o réu deixou transcorrer "in albis" o prazo para resposta (fls. 45).

Manifestaram-se os autores às fls. 43/44.

É o relatório. DECIDO.

A contumácia do requerido enseja a presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial, inclusive no que toca ao valor estimado a título de aluguel. No mais, efetivada a reintegração (fls. 37), verifica-se que o réu realmente estava na posse do imóvel dos autores (fls. 22/23). Impõe-se, em consequência, o acolhimento da pretensão inicial.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, convolvando em definitiva a liminar de reintegração de posse e condenando o requerido a pagar aos autores prestação mensal de R\$ 500,00 desde a data do esbulho até a efetiva desocupação. O total, delineado em liquidação, será atualizado a partir do ajuizamento e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Sucumbente, arcará o réu com as custas e despesas processuais e com honorários fixados, com fundamento no artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, em R\$ 500,00.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 12 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**